

AMAZÔNIA LEGAL REDUZIU O DESMATAMENTO EM 2017

A área antropizadas da Amazônia Legal que ultrapassa a superfície do Maranhão é mais que suficiente para promover um desenvolvimento econômico sustentado e sustentável na região. Do exposto conclui-se que esta região não precisa ser mais desmatada, mas que se utilize com conhecimento científico e tecnologias que promovam sistemas de produção sustentáveis.

A fase de ocupação nas décadas de 1960 e 1970 ocorreu com base em conhecimento e tecnologias empíricas trazidas por pecuaristas e colonos. Atualmente, ainda ocorre, não mais terá apoio institucional e da sociedade para continuar.

Além desse importante apoio, o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), realiza o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal, desde 1988, produzindo taxas anuais de desmatamento na região, estimadas no período de agosto a julho.

O corte raso da floresta reduziu-se no período de agosto de 2016 a julho de 2017, mas infelizmente não ocorreu pela conscientização dos produtores ou ação do governo, mas pelo quadro recessivo da economia nacional, apontado como a forte causa dessa redução.

Em comparação com dados de séries históricas a queda representa redução de 76% em relação a registrada em 2004, quando o governo federal lançou o Plano para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), atualmente coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Desmatamento por Estado na Amazônia Legal em Km²

Estado	2016	2017	Variação %
Acre	372	244	-34
Amapá	17	31	82
Amazonas	1.129	965	-15
Maranhão	258	237	-8
Mato Grosso	1.489	1.341	-10
Pará	2.992	2.413	-19
Rondônia	1.376	1.252	-9
Roraima	202	115	-43

Tocantins	58	26	-55
Amazônia Legal	7.893	6.624	-16

Fonte: PRODES.